

# Afif: eleição presidencial exigirá mudanças na Carta

BRASÍLIA — O Deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP) vai propor ao plenário da Constituinte a introdução de mecanismo nas Disposições Transitórias que permita alterar a nova Carta, nos próximos cinco anos, por maioria absoluta do Congresso Nacional em vez do quorum de dois terços exigidos atualmente. Segundo Afif, seria uma forma de dar garantia institucional ao processo de mudanças que fatalmente ocorrerá no País, a partir da eleição do próximo Presidente da República.

O parlamentar acha que a introdução deste dispositivo garantirá a adequação do texto constitucional à nova realidade que a eleição presidencial vai promover no País. Ele entende que a Constituinte optou por consagrar o status quo, o que poderá produzir um choque entre as normas constitucionais e os anseios por mudanças da sociedade brasileira.

Para Afif, mais do que um Presidente da República, as eleições farão emergir um novo líder para a Nação:

— Cerca de 75 milhões de brasileiros comparecerão às urnas, depois de duas décadas sem eleger seu Presidente e amargando a decepção pelo desempenho da Nova República. É natural que todos os seus anseios ressurgam no projeto presidencial, com grandes chances de colidirem com as novas normas constitucionais.

Segundo o Deputado, até o pro-



Afif: eleição dará novo líder ao País

cesso de eleição dos congressistas, em novembro de 1986 — “estelionato eleitoral do Plano Cruzado”, como ele diz — demonstra que o plenário da Constituinte não reflete a realidade do País.

— Com os rumos que adotou para administrar o País, a Nova República terminou por gerar um novo ciclo da chamada “política dos governadores” que no passado resultou na Revolução de 30.

Para tornar viável a proposta de mudança no texto constitucional, Afif precisará do apoio de 180 constituintes. Esta é a única forma de promover uma alteração deste tipo no projeto constitucional a partir de agora, já que o Regimento Interno da Constituinte só permite no segundo turno emendas supressivas ou de correção da redação.

## Liberais criticam Nova República

SÃO PAULO — A Nova República fracassou porque não apresentou ao Brasil, logo após se instalar no poder, medidas sócio-econômicas que tivessem respaldo popular. Esta foi uma das conclusões a que chegaram os participantes do debate “O Futuro Político do País”, promovido pelo Partido Liberal (PL), sexta-feira em São Paulo.

Coordenado pelo Deputado federal Guilherme Afif Domingos (SP), o debate reuniu empresários, representantes de partidos de esquerda e de centro-direita, além dos cientistas políticos Francisco Weffort, ex-secretário do PT, e Leôncio Martins Rodrigues, professor da Universidade de São Paulo (USP). Também participaram das discussões, os Presidentes da Sociedade Rural Brasileira, Flávio Telles de Menezes, e da Associação Comercial de São Paulo, Romeu Trussardi Filho.

Cerca de 800 pessoas assistiram às discussões, a maioria recém-formados militantes do PL, em curso que os habilitou a se engajarem na formação de um partido com ideologia liberal. Esta agremiação tem por proposta principal criar uma sociedade democrática e participativa, mudando a estrutura de poder do Estado.

Ao defender a tese de que faltou ao Brasil um projeto nacional, que tivesse apoio popular, Afif acusou a Nova República de

ter se transformado “num balcão de negócios”:

— Com a Nova República, tínhamos esperança de que seu projeto nacional sintetizasse as aspirações do País. Isso não aconteceu. Assim, o povo esperou que a Constituinte pudesse representar essa síntese. Mas o que vimos foi a oficialização do fascismo em vários pontos da nova Constituição, por obra de pressão exclusiva dos grupos corporativistas.

Francisco Weffort concordou com o Deputado do PL e lembrou que o Brasil nunca viveu uma fase tão crítica quanto a atual:

— Analisando o nosso passado, verificamos que, de uma forma ou de outra, sempre havia um tipo de objetivo a ser perseguido. Hoje, entretanto, este Governo não tem um objetivo e isso frustrou o povo, que nunca esteve tão sem esperanças.

Leôncio Martins Rodrigues disse que a situação se agrava por causa da crise econômica que atinge o Brasil e que tem influído na Constituinte. Este fato, segundo o professor, é motivo de preocupação, pois prejudica a nova Constituição, que, assim, poderá ter vida curta:

— O que não se discute é que o vazio muito grande entre o Brasil real e aquele que está na nova Constituição pode nos levar a um caos institucional muito grave.

GLOBO

P. 3  
23 05 1988